

MIGRAÇÕES, TURISMO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Luiz Felipe Falcão¹

A História como se a conhece e reconhece no âmbito do que se convencionou chamar de modernidade ocidental é antes de tudo um campo disciplinar constituído por dispositivos legitimados por um corpo de especialistas que busca compreender fenômenos sociais numa dimensão temporal, ou seja, fenômenos sociais inseridos em, e como parte integrante de, uma temporalidade qualquer. Exatamente por isto, a História pode auxiliar no entendimento de artefatos produzidos por uma determinada sociedade e, também, para as transformações de tais artefatos ao longo do tempo.

Em sintonia com isto, pode-se dizer sem qualquer receio que um dos temas que mais vem despertando a atenção dos historiadores é o conformado pelas cidades, em especial pelas cidades contemporâneas, em razão de vários e importantes motivos, como, por exemplo, o fato de que elas abrigam a maior parte dos contingentes humanos em quase todas as partes do mundo, ou ainda a percepção de que elas sofrem continuamente processos de modernização que alteram seus traçados e panoramas, bem como transformam as relações estabelecidas entre seus habitantes e entre seus habitantes e os forasteiros que nelas passam (a trabalho, a passeio, etc.). Como resultado, temos cidades antigas que ou cresceram desmedidamente, passando a configurar enormes metrópoles ou megalópoles que abrigam milhões de pessoas e se estendem por um território vastíssimo, tanto quanto temos cidades novas ou novíssimas que, muito embora tenham sido criadas há poucas décadas, multiplicaram e seguem multiplicando a sua população a cada ano por se encontrarem numa região de fronteira agrícola de grande dinamismo econômico, por abrigarem refugiados de catástrofes naturais ou de conflitos armados que provocaram deslocamentos em massa ou ainda por se constituírem em atrativos pólos de investimentos em infra-estrutura, incorporação imobiliária e construção civil devido a sua inserção privilegiada numa espécie de mercado de cidades.

¹ Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E, em termos de Brasil, este processo de modernização vem se desenvolvendo em vagas sucessivas desde o início do século passado, tendo se intensificado nas últimas décadas, notadamente com o rápido crescimento econômico entre os anos de 1967 e 1975 (que, em certo sentido, se prolongou com taxas menores de incremento até 1979), processo este que ficou conhecido pela alcunha de “milagre econômico brasileiro”. O fim do “milagre”, como seria de esperar, arrefeceu os investimentos públicos e privados mas não chegou a produzir uma estagnação, e nem mesmo uma paralisia, nas transformações urbanas e, assim, os movimentos de população migrando em direção às áreas urbanas já existentes ou formando e encorpendo novas áreas urbanas sobretudo em zonas de fronteira agrícola (bem como emigrando para alguns países da Europa, como a Itália, e para os Estados Unidos da América e para o Japão) continuaram a impactar as cidades e a reduzir, tanto numérica quanto proporcionalmente a população rural do país.

Os meios urbanos, por todo este conjunto de motivos, tiveram então redesenhados seus panoramas, incorporaram interferências inauditas (em muitos casos devido à sua propagação pelos meios de comunicação de massa, cuja presença se tornou mais e mais marcante), presenciaram e estimularam desterritorializações e reterritorializações, e tenderam a apresentar com mais frequência e vigor um conjunto de tensões e conflitos socioculturais na medida em que aproximaram e colocaram em contato estreito populações criadas em diferentes tradições, costumes e referenciais culturais em geral. Por exemplo, os moradores nascidos ou já habituados a um determinado lugar tiveram a propensão de sentir e de representar os moradores novos como forasteiros que buscavam, nem sempre com os cuidados e a habilidade que deles se esperou, um espaço econômico, político e cultural que muitas vezes se afigurou como desrespeitoso e agressivo aos usos do local em que pretendiam se estabelecer. E, por sua vez, os novos moradores foram por diversas vezes levados a sentir e a representar os moradores antigos como uma sociedade fechada, em certo aspecto até mesmo egoísta, que não se dispunha com facilidade a recebê-los e a dividir com eles os espaços existentes e muito menos a admitir uma presença ostensiva de outras referências culturais sem externar hostilidades em gradações variadas.

Estes elementos, decerto bastante genéricos e que podem ser observados num grande número de cidades, no Brasil e em outras partes do mundo, produziram situações

fronteiriças saturadas de aceitações e de rejeições, de tal sorte que configuraram processos complexos e contraditórios no qual aconteceram acolhimentos, recusas, permutas e transferências mútuas e simultâneas. Neles, práticas e signos foram continuamente modificados, perdendo qualquer sentido de "pureza original", ainda quando tais mudanças eram negadas em nome da preservação das relações adequadas de sociabilidade e das verdadeiras e legítimas heranças dos antepassados, ou pelo menos em nome das tentativas de resgatar tudo isto de um passado um tanto ou quanto remoto. E, em complemento, tudo isto era exacerbado pelas influências dos meios de comunicação de massa, como os jornais, as revistas e os canais de televisão (aos quais se pode acrescentar, nas últimas duas décadas, a internet e outros artefatos inventados pelas novas tecnologias da informação) que difundiam amplamente idéias, opiniões, modismos, enfim um repertório amplo e sedutor em condições de atender aos desejos de todos os seus consumidores.

Assim, por todas estas razões e vias, as situações fronteiriças criadas pelas transformações urbanas (das quais fazia parte em nada desprezível a modernização urbana) propenderam a ensejar desavenças em torno da afirmação e/ou celebração das referências culturais partilhadas por certos grupos, as quais estavam relacionadas a uma disputa pelo direito de pertencimento ao lugar em que se vivia ou em que se passou a viver. E como a distribuição destes grupos na sociedade era desigual e assimétrica, isto é, como eles não ocupavam no lugar funções sociais, postos de visibilidade e de reconhecida dignidade e de capacidade de enunciação, em condições efetivas de igualdade, o resultado foi que eles tiveram possibilidades e sucessos diversos no que diz respeito à eficácia de garantir e certificar a legitimidade de suas proposições e pretensões.

Tomando, para efeito de discussão, a cidade de Florianópolis, cidade de porte médio (em torno de 400 mil habitantes) situada no Brasil meridional, pode-se constatar algumas questões interessantes acerca destes processos. Trata-se da capital do Estado de Santa Catarina e que, por isto mesmo, sempre possuiu um contingente numeroso de funcionários públicos, contrabalançando o fato de ali não existir uma dinâmica mais expressiva em termos agrícolas, industriais ou extrativistas. Em realidade, até hoje o maior destaque é o setor de serviços, com as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica, comunicação de massa e as atividades vinculadas ao turismo

(sobretudo nos meses de verão), o que permite à cidade ostentar certo cosmopolitismo lado a lado a algumas práticas culturais antigas e, de certo modo, tradicionais.

Considerada como uma cidade relativamente pequena do ponto de vista demográfico ao longo das décadas de 1940 e 1960, e pouco dinâmica em termos econômicos e culturais, Florianópolis foi descrita neste período, ou apresentada em lembranças posteriores, como “pequena”, “pacata” e mesmo “provinciana”, onde todos se conheciam e de algum modo se ajudavam e a circulação monetária era restrita, em crônicas e artigos jornalísticos, em opúsculos de divulgação da cultura local, em entrevistas com seus habitantes mais proeminentes (letrados, lideranças políticas, etc.). E, realmente, ela era uma cidade pequena, com um núcleo urbano parte insular, parte continental, sem grande expressão produtiva, demográfica e cultural, e com várias pequenas localidades mais ou menos distantes em que vigorava uma atividade de subsistência pautada na agricultura e na pesca. E como os acessos eram precários, e os meios de transporte disponíveis muito raros e caros para quase toda a população, podia-se dizer que a vida transcorria num ritmo pouco frenético se comparado a outras capitais brasileiras.

No entanto, a idéia de uma cidade “pequena”, “pacata” e mesmo “provinciana”, onde todos se conheciam e de algum modo se ajudavam e a circulação monetária era restrita, é no mínimo controversa e está na dependência de que grupo social a está formulando, e para qual finalidade. Ou seja, estas imagens que oscilam do bucólico ao paroquial deixam de lado, propositalmente ou não, que muitos de seus habitantes já vivenciavam pelo menos desde a segunda metade do século XIX uma série de contatos com outras cidades do Brasil e com atividades econômicas pautadas pelo pagamento em espécie das mercadorias, como o atestam as viagens de trabalho, negócio, lazer ou estudo das parcelas mais endinheiradas da população, ou as experiências dos embarcados (em geral, indivíduos pobres que todos os anos se empregavam durante meses nas embarcações de pesca que tinham como destino final os portos de Rio Grande, Santos ou Rio de Janeiro), o que foi recorrente em meados do século passado. Por seu turno, houve um importante esforço concentrado de modernização da cidade já nas primeiras décadas do século XX, quando se implantou o início do abastecimento canalizado de água e se edificou a primeira ponte ligando sua porção continental à insular, entre outras obras, o que foi seguido por uma nova onda modernizadora, talvez menos vigorosa, mas certamente mais normalizadora, na década de 1940 (quando ganharam corpo instituições como a Penitenciária da Pedra Grande e o Abrigo de Menores). Mais ainda, na década de 1950, um início de verticalização das construções na parte central da urbe já tinha começado, e uma tentativa de planejamento urbano foi esboçada inclusive com a contratação de um escritório sul-rio-grandense especializado para este fim.

Todavia, é inegável que, a partir de 1970, Florianópolis passou por um processo de transformação muito mais rápido e significativo do que qualquer outro que lhe antecedeu, notadamente no que diz respeito a dois aspectos: primeiro, a efetivação e o incremento de sua metropolização (mediante a qual o núcleo urbano foi vinculado às localidades e municípios do seu entorno por novas estradas e avenidas, enquanto que uma nova ponte ligava suas porções insular e continental, facilitando os deslocamentos de uma população que não parou de crescer a taxas elevadas). Segundo, o deslocamento para a cidade de um contingente numeroso de “forasteiros” proveniente do interior do Estado, de outros Estados brasileiros ou mesmo de outros países, formado por indivíduos sem maior qualificação profissional atraídos pelas oportunidades de trabalho que surgiam e, principalmente, por indivíduos de elevado capital social e cultural. E, como era de se esperar, este conjunto de mudanças deu então ensejo para disputas acerca da produção de uma memória e de uma história da cidade capazes de lhe conferirem um perfil identitário singular no Estado de Santa Catarina e mesmo no Brasil.

Curiosamente, porém, a metropolização da cidade fez acentuar o seu destaque como capital de Estado (político, econômico, cultural) do Estado, sem contudo torná-la um pólo aglutinador ou mesmo um centro de referência inquestionável (não é a cidade mais populosa do Estado, nem a maior arrecadadora de impostos, tanto quanto não abriga as principais manifestações culturais de Santa Catarina). Por seu turno, a atração dos forasteiros ocorreu, em primeiro lugar, pela criação ou transferência de grandes instituições e empresas para a cidade (universidades, empresas estatais de energia elétrica ou de telecomunicações, sucursais de meios de comunicação de massa); em segundo lugar, pelo desenvolvimento do turismo; e, finalmente, em terceiro lugar, pela oferta ou promessa de condições de vida mais atrativas que nos grandes centros urbanos do país (terrenos baratos, razoável infra-estrutura, reduzido nível de violência urbana, etc.).

Seja como for, o fato é que a metropolização e a chegada dos “forasteiros” deram ensejo ao surgimento de tensões socioculturais inusitadas, opondo sobretudo parcelas dos novos habitantes a alguns dos mais preeminentes moradores nascidos ou já ambientados na cidade (aos quais se juntaram indivíduos das camadas populares sobretudo nas áreas em que os contatos com os estranhos têm sido mais intenso), o que

ganhou concretude em debates acalorados (inclusive acadêmicos), confrontos físicos, disputas eleitorais e articulações via internet investigadas pela Polícia Federal (caso da “comunidade” Fora Haole Floripa, no sítio de relacionamento Orkut). Em corolário, tais tensões manifestaram-se igualmente nas disputas em torno dos signos de identificação da cidade e da própria memória de sua constituição e trajetória.

De acordo com isso, existe uma Florianópolis recordada como um lugar tranqüilo, onde as pessoas dormiam com a porta de casa aberta, não havia violência, as pessoas todas se conheciam e freqüentavam os mesmos ambientes, como as mesas do extinto bar Miramar, o footing da Praça XV de Novembro no centro da cidade ou as bancas de peixe do Mercado Público, embaladas pelo movimento suave das águas de um mar protegido por baías ao Norte e ao Sul. Enfim, uma cidade que poderia ser considerada como razoavelmente pacata, não fosse esta imagem contrastada e contestada por diversas fontes de informação, como as notícias e os escritos contidos nos jornais da época ou as lembranças de quem vivenciou aqueles anos.

Bem diferente do cenário bucólico que é tantas vezes enfatizado, o que aquelas notícias e escritos, bem como muitas das lembranças, nos permitem antever é uma cidade bastante recortada por divisões e hierarquias sociais, assim como um meio urbano saturado por identificações culturais muito variadas. Em outras palavras, seria difícil empregar para ela, já pelo menos desde a década de 1960, noções genéricas (e por vezes extremamente reducionistas) como as de “comunidade” ou “identidade” (neste último caso, certamente “identidade açoriana”, como o pretendem alguns saudosistas ou, igualmente, determinados empreendedores públicos ou privados que pretendem, com isso, inscrevê-la de maneira diferenciada no mercado de cidades).

Comunidade com certeza a cidade não era nem continha: sua distribuição espacial envolvia um núcleo urbano e localidades agro-pesqueiras relativamente distantes e com ligação irregular com tal núcleo urbano devido à precariedade dos transportes e das vias de comunicação. E, além disto, tanto no núcleo urbano quanto nas localidades, a população negra, para dar um exemplo, ficava na maior parte das vezes marginalizada e recebia um tratamento eivado de preconceitos e discriminações. Ou, ainda, e por sua vez, os pobres de maneira geral não circulavam nos mesmos locais, nem tampouco

tinham hábitos e aspirações idênticas, que eram próprios dos setores mais abastados, sendo que até os lugares do footing eram distintos uns dos outros.

Por seu turno, a presença de contingentes humanos de diferentes extrações sociais e culturais não assegura e não assegurou a pretensa identidade cultura açoriana. Migrantes de longa data que se dirigiram do campo para a cidade em busca de emprego (cabe lembrar que, até a década de 1940, o porto de Florianópolis mantinha uma atividade razoável de exportação e importação de mercadorias, e que depois disto as vagas de modernização atraíram muitos trabalhadores para a construção civil), populações negras com antigas e sólidas raízes fincadas naquele meio urbano, como mencionado anteriormente, colocavam em circulação todo um conjunto de práticas culturais que lhes eram muito peculiares (como as rodas de samba), forasteiros de camadas médias provenientes de outros ambientes urbanos que foram atraídos por ofertas de trabalho tentadoras ou por atrativos relacionados a condições de vida menos agitadas e desconfortáveis, turistas que chegavam em grandes levas durante as temporadas de verão graças às facilitadas propiciadas pela retificação do traçado e pelo asfaltamento da rodovia que ligava a cidade com Porto Alegre, ao sul, e Curitiba, ao norte, traziam novos hábitos e costumes que reforçavam as novidades difundidas pelos meios de comunicação de massa. Enfim, e tal e qual outros tantos ambientes urbanos, uma cidade com múltiplas interferências culturais, que combinava elementos mais antigos e mesmo tradicionais com referentes modernos e sintonizados com o que acontecia nos centros mais dinâmicos do país, dando-lhe uma composição variada e, em muitos aspectos, verdadeiramente cosmopolita, em que pesem os protestos pela destruição e pelo esquecimento dos legados do passado mais distante que, ainda hoje, se fazem ecoar.